



7 • Correio Braziliense — Brasília, segunda-feira, 22 de agosto de 2022

Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar	Euro	Capital de giro	CDB	Inflação
2,04% São Paulo	113.512	R\$ 1.212	Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Na sexta-feira	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,86% Nova York	111.496	R\$ 5,168 (-0,08%)	15/agosto 5,092		6,76%	13,66%	Março/2022 1,62
	16/8 17/8 18/8 19/8		16/agosto 5,140				Abril/2022 1,06
			17/agosto 5,168				Mai/2022 0,47
			18/agosto 5,172				Junho/2022 0,67
							Julho/2022 -0,68

DESIGUALDADE SOCIAL

Auxílio não chega para todos que precisam

Moradores em situação de rua ou que vivem em áreas precárias têm dificuldade de conseguir registro para receber o benefício turbinado do governo

» FERNANDA STRICKLAND
» RAFAELA GONÇALVES

Uma das principais bandeiras do governo do presidente Jair Bolsonaro (PL), o Auxílio Brasil — programa que substituiu o Bolsa Família — é inacessível para uma boa parte dos brasileiros que vive na pobreza ou na miséria absoluta. Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), divulgada recentemente, conclui que metade das pessoas em situação de rua no Brasil não possuem registro no Cadastro Único (CadÚnico), do governo federal.

Conforme dados do Ministério da Cidadania, até maio de 2022, mais de 86 milhões de pessoas em situação de rua estão cadastradas no CadÚnico em todo o país. Outras milhares de pessoas sequer sabem que têm direito ao Auxílio Brasil, que teve o valor elevado de R\$ 400 para R\$ 600 a partir deste mês. Devido à falta do registro, muitos cidadãos não conseguem acesso aos benefícios sociais do governo e continuam invisíveis às estatísticas, que acabam não refletindo a realidade do universo de vulneráveis no país.

Embora muitos se enquadrem nas condições de elegibilidade do Auxílio Brasil — programa que substituiu o Bolsa Família —, por não terem renda mínima, casa e dependerem da caridade de instituições e pessoas comuns, milhares de pessoas que têm direito não conseguem ter acesso ao benefício de R\$ 600, que deve manter esse novo valor, pelo menos, até dezembro.

A frequência escolar de crianças e adolescentes é um dos requisitos para que uma família em extrema pobreza ou na pobreza tenha direito a receber o Auxílio Brasil. Fabiana Leandro da Silva, 38 anos, por exemplo, tem sete filhos

mas mas não consegue o benefício, mesmo desempregada, porque as crianças não estão matriculadas na escola.

“Eu vim do Pará para Brasília há quase dois anos. Assim que chegamos, o pai dos meus filhos faleceu e não consegui mais voltar. A transferência da escola dos meninos ficou lá, estou vendo se me mandam pelo correio. Eu não tenho o que fazer a não ser esperar. Não tem quem resolva o meu problema”, lamenta a moradora da comunidade Santa Luzia, na Cidade Estrutural, próxima à capital federal.

Vivendo de doações, Fabiana confessa que já perdeu as esperanças de ter acesso à ajuda do governo por não ter uma casa regularizada para ser reconhecida como elegível ao benefício. “Eu recebi só aquele auxílio emergencial no começo da pandemia e, desde então, não consegui mais nenhuma ajuda, já até desisti. Para a gente que é mãe o que pesa mais é coisa para criança, principalmente quando o filho da gente pede uma coisa e não tem. Para mim, é a mesma coisa de levar uma porrada”, afirma.

Preconceito

Apesar da vontade de trabalhar para dar condições melhores aos filhos, Fabiana ainda precisa enfrentar o preconceito. “Semana passada, eu consegui um emprego em Vicente Pires. Mas, só porque eu falei que morava em Santa Luzia, a pessoa não quis mais me contratar. Aqui, está difícil encontrar trabalho e, quando eu dei meu endereço, o homem fez deboche ainda. O jeito é ir levando a vida com as oportunidades que Deus dá”, desabafa.

Em tempos de recordes de brasileiros em situação de insegurança alimentar — somando mais de 30 milhões —, a catadora Cleia Pereira da Silva, 49 anos, moradora de um barraco em Santa Luzia, sem água e com gato de energia, desenvolveu uma anemia grave e não consegue trabalho formal por conta dos problemas de saúde.

“Eu cato e junto material reciclável por aqui mesmo. Não aguento andar longe. Levo uns dois ou três meses para conseguir juntar uma bag e ganhar R\$ 50. Sou só eu e Deus aqui, dependendo de ajuda ganhando uma cestinha aqui, outra lá. Quem tem me ajudado mesmo são minhas vizinhas, que se preocupam comigo e dividem doações que ganham”, conta a catadora.

A catadora tentou várias se cadastrar em programas sociais do governo, mas sem sucesso, devido à burocracia e à demora

no atendimento.” Desde quando saiu o Bolsa Família, eu corri atrás e não consegui. Eu não consigo entender porque é tão difícil assim”, reclama Cleia.

Mesmo depois de apresentar a documentação correta e em dia, só conseguiu agendar o atendimento no mês que vem para tentar receber o Auxílio Brasil. “Muitas pessoas que recebem o auxílio ainda têm como se manter, mas eu não tenho. A moça conseguiu agendar pra mim só para o dia 22 de setembro, já tirei até a xerox do documento”, conta, esperançosa de que terá sucesso desta vez.

O benefício, segundo ela, vai ser uma ótima ajuda no orçamento da casa e ainda poderá garantir o conserto da geladeira, que está quebrada. “Eu não sei nem quando eu fui ao mercado pela última vez. Estou por fora dos preços”, afirma. “Outra coisa que me preocupa é o meu barraco. Por enquanto, está tranquilo, mas, quando começa a época da chuva, eu nem durmo. Sempre alaga e eu passo a noite sentada com medo do barraco cair em cima de mim”, adiciona.

Invisíveis

O cientista social Sérgio Andrade, diretor Executivo da Organização Não governamental (ONG) Agenda Pública, explica que boa parte do conjunto da população beneficiada pelo auxílio emergencial durante a pandemia não fazia parte do CadÚnico, e, por isso, eles são chamados de invisíveis. Vale lembrar que o auxílio emergencial chegou a ser pago para 68 milhões de pessoas e, atualmente, os beneficiários do Auxílio Brasil é menor.

O especialista lembra que esse universo de invisíveis gira em torno de 38 milhões de pessoas — a maioria de homens (cerca de 20 milhões), e mais de 17,5 milhões de mulheres. “Na verdade são pessoas que nem são pobre demais para estarem em cadastros assistenciais como o Bolsa Família ou o Auxílio Brasil nem são pessoas que de alguma maneira estão em mecanismos de proteção social tradicionais do trabalho, com carteira assinada, ou mesmo o MEI, que permite, de alguma maneira, dar algum tipo de cobertura”, afirma.

Para Andrade, os invisíveis na população são os trabalhadores informais, que de alguma maneira estão em situação precária na economia e em diferentes situações de vulnerabilidade. “Nós estamos falando dos entregadores, trabalhadores domésticos, jardineiros, faxineiras, cabeleireiros, camelôs, garçons, pessoas que de alguma maneira, em outros momentos, quando a economia está mais dinâmica, elas são absorvidas por esse movimento, por esse colchão que a informalidade da economia informal — que de fato se mostrou incapaz nesses momentos turbulentos da economia de reabsorver esse contingente da população”, declara.

Apesar da redução da taxa de desemprego para 9,3% no trimestre encerrado junho, o sociólogo destaca que o número de desocupados, de 10,1 milhões, ainda é elevado no país. Segundo ele, uma questão fundamental e desafiador para o próximo governo, seja ele qual for, incluir, de alguma maneira, esse trabalhador na estratégia de recuperação econômica do país.



Fabiana da Silva, 38, da Cidade Estrutural, tem sete filhos e não consegue receber o benefício



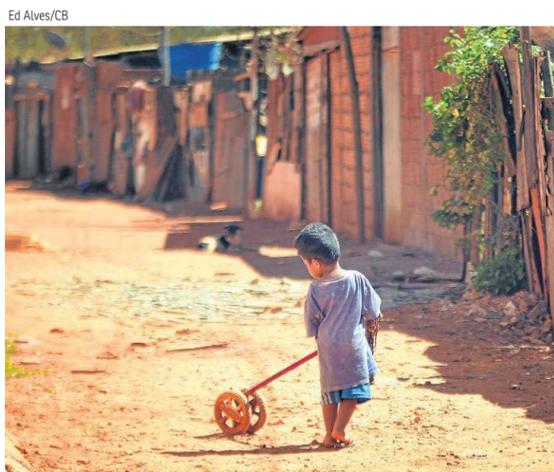
Nota à Comunidade Acadêmica do Centro Universitário de Brasília - CEUB

A Google Inc. comunicou novas políticas de uso dos serviços Google Workspace for Education (antigo G Suite) reduzindo o espaço total de recursos de armazenamento ofertados em parceria com as Instituições de ensino em todo país, fato noticiado em várias postagens e notícias na internet.

Por se tratar de parceria firmada com a Google e o CEUB, os beneficiados por tal parceria devem se adaptar ao modelo ofertado pela empresa de tecnologia. Assim, o CEUB informa: as contas de e-mail institucional (@sempreceub.com) de egressos, alunos cancelados ou transferidos para outras instituições de ensino serão excluídas, incluindo todo o conteúdo vinculado a essa conta (Drive, fotos e e-mail).

O mesmo ocorrerá com as contas de e-mail de alunos que interromperam os estudos (trancados ou abandonados) há mais de 2 anos. Serão mantidas apenas as contas de e-mail institucional dos alunos regularmente matriculados, para os quais serão ofertados 2GB de armazenamento na plataforma (sujeito a alteração conforme políticas estabelecidas pela empresa de tecnologia - Google).

O CEUB ratifica que, desde maio de 2022, todas essas informações já vêm sendo esclarecidas e repassadas para toda a comunidade acadêmica, seja por e-mail, mensagem no Espaço Aluno, entre outras formas de comunicação. É importante também esclarecer que o espaço de armazenamento remanescente e disponibilizado pela Google, em parceria com o CEUB, é suficiente para o desenvolvimento das atividades acadêmicas dos cursos ofertados pela instituição.



Auxílio não chega aos moradores de rua ou de regiões mais pobres

» [Leia mais](#) na pág. 8